

## SUBSECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA

## Termo de Referência 84/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
84/2025	150002-SUBSECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA	GABRYELLA LIMA GOMES ESTEVAM	18/11/2025 17:22 (v 16.3)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		23000.026320/2025-51

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23000.026320/2025-51)

## TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Cessão de uso onerosa de espaço físico de 84 m² localizado no térreo do Anexo I, do Ministério da Educação – MEC, destinado à operação de uma cafeteria, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR TOTAL ESTIMADO
Cardápio Cafeteria (item 10 do TR)	R\$ 699,52

1.2. Além dos colaboradores do MEC, o acesso à cafeteria será permitido também ao público externo, desde que este esteja devidamente identificado junto à portaria deste Ministério.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta cessão de uso são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por igual período ou inferior, desde que não ultrapasse o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, de acordo com o interesse do Ministério da Educação, nos termos do art. 110, inciso I, da Lei nº 14.1333, de 2021, mediante termo aditivo, mantidas as condições de habilitação.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a prestação do serviço de cafeteria exige execução ininterrupta para atendimento diário do público interno e externo, garantindo o regular funcionamento das atividades administrativas, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando as especificidades do serviço.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Cessão de uso e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da cessão de uso está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394445000101-0-000004/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 16/05/2024;.

III) Id do item no PCA: 89;

IV) Classe/Grupo: 979 - OUTROS SERVIÇOS DIVERSOS/MISCELÂNEA;

V) Identificador da Futura Contratação: 150002-82/2025;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Fomentar práticas de sustentabilidade, mediante uso de equipamentos de baixo consumo energético, iluminação e climatização eficientes, e adoção de copos, embalagens e utensílios biodegradáveis ou reutilizáveis;

4.1.2. Implementar políticas de gestão de resíduos, com pontos de coleta seletiva para orgânicos, plásticos, papéis e vidros;

4.1.3. Estabelecer convênio de compostagem para resíduos orgânicos, destinando sobras de alimentos a hortas urbanas ou cooperativas de compostagem;

4.1.4. Implementar opção de cardápio digital (menus em QR Code) para reduzir o uso de papel e facilitar atualizações sem desperdício; e

4.1.5. Realizar treinamentos periódicos com a equipe sobre práticas verdes e atendimento consciente, reforçando a cultura interna de sustentabilidade.

### Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Cessionário optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total da contratação.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Cessionário não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Cedente, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Cessionário, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada cessionária; e

4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Cessionário.

4.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Cessionário, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da cessão de uso.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Cessionário ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Cedente executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Cessionário deverá ser notificado pelo Cedente quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Cessionário, mediante termo circunstanciado, de que o Cedente cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. O Cessionário autoriza o Cedente a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Cedente com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à cessionária.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do espaço a ser cedido, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1 O agendamento da vistoria deverá ser solicitado com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por telefone: (61) 2022-2803, ou no endereço eletrônico: suportelogistico@mec.gov.br, com indicação do nome do representante, CPF, cargo /função e data pretendida;

4.22.2. Durante a vistoria, é vedada realização de registros fotográficos ou filmagens sem autorização prévia da Administração, bem como o uso de equipamentos que comprometam a segurança ou o sigilo das instalações, sendo obrigatória o acompanhamento de servidor designado.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Cessionário assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: na data da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

#### Cardápio

5.1.2.1. Todos os itens do cardápio (Item 10 deste TR) são de fornecimento obrigatório, sendo admitidas exclusões ou substituições com autorização prévia da Administração;

5.1.2.1.1. Os itens do cardápio podem ser ofertados ao longo da semana, conforme planejamento interno da cessionária, exceto as bebidas, que devem ser fornecidas diariamente;

5.1.2.1.2. O café a ser fornecido pela Cessionária, deverá ser classificado como de qualidade superior, gourmet ou especial;

5.1.2.1.3. A Cessionária deverá fornecer diariamente ao menos uma opção vegetariana e uma opção vegana, além de opções que considerem restrições alimentares, tais como, intolerância a glúten e lactose.

5.1.2.2. Caberá à Cessionária fornecer, sem ônus aos consumidores, sachês individuais de açúcar, adoçante, maionese, ketchup, mostarda, bem como molhos diversos, a exemplo de alho, pimenta e outros condimentos de uso habitual.

#### Condições Gerais

5.1.2.3. É de responsabilidade da Cessionária a aquisição e instalação de equipamentos descritos no Item 5.4. deste TR, treinamento de equipe e abertura ao público, assegurando atendimento contínuo durante o horário de funcionamento da cafeteria;

5.1.2.4. É vedada a utilização de logomarcas ou qualquer identificação visual da Cessionária no espaço cedido, sendo permitida apenas a aplicação de logomarcas nos uniformes dos funcionários;

5.1.2.5. A Cessionária deverá disponibilizar utensílios e materiais que atendam a requisitos de sustentabilidade, tais como canudos, copos e embalagens biodegradáveis, bem como pratos, copos, xícaras de porcelana ou vidro, além de talheres (garfos, facas e colheres);

5.1.2.5.1. Deverão ser fornecidos talheres, guardanapos e demais itens necessários ao consumo devidamente individualizados em embalagens próprias, de modo a assegurar condições adequadas de higiene e manuseio.

5.1.2.6. A Cessionária deverá garantir que todos os produtos comercializados sejam preparados dentro dos padrões higiênico-sanitários exigidos pela legislação vigente, com especial atenção à prevenção de contaminações;

5.1.2.7. Produtos adquiridos de fábricas alimentícias deverão atender rigorosamente aos prazos de validade, além de serem certificados e devidamente registrados na ANVISA;

5.1.2.8. As operações de higienização e limpeza do local, mobiliário e equipamentos devem ser realizadas por funcionários capacitados, com frequência que assegure a manutenção das condições de higiene e elimine riscos de contaminação dos alimentos e bebidas oferecidos.

#### Acesso à Cafeteria

5.1.2.9. Será permitido acesso à cafeteria a todos os servidores, estagiários e colaboradores terceirizados do MEC, bem como aos usuários externos, desde que previamente identificados;

5.1.2.10. A utilização do espaço e a permanência no local pelo público do MEC não poderão ser condicionadas à obrigatoriedade de consumo de produtos ou serviços.

#### Equipamentos

5.1.2.11. A Cessionária deverá disponibilizar os equipamentos previstos no Item 5.4 deste Termo de Referência, os quais deverão ser de uso industrial e estar em perfeito estado de conservação e funcionamento.

5.1.2.11.1. Os equipamentos deverão ser previamente aprovados pelo MEC antes do início da execução contratual.

#### **Mobiliário**

5.1.2.12. Caberá à Cessionária realizar a manutenção preventiva e corretiva do mobiliário disponibilizado pelo MEC, bem como dos equipamentos utilizados na execução do serviço, devendo mantê-los nas mesmas condições em que foram entregues, ressalvado o desgaste natural decorrente do uso.

#### **Mão de Obra**

5.1.2.13. A Cessionária deverá manter todos os funcionários contratados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), observando estritamente a legislação trabalhista vigente.

5.1.2.14. É obrigatória a utilização de uniformes padronizados por todos os funcionários durante o horário de atendimento ao público.

5.1.2.14.1. Os funcionários deverão, ainda, utilizar equipamentos de segurança alimentar, como toucas, luvas e demais itens necessários, de forma a atender integralmente às normas sanitárias aplicáveis.

#### **5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:**

5.1.3.1. Etapa de implantação: até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, para instalação, ambientação do espaço e adaptação das estruturas físicas;

5.1.3.1.1. Antes do início da etapa de implantação, a Cessionária, por meio de representante designado, deverá realizar vistoria técnica no local destinado ao funcionamento da cafeteria, em conjunto com a Administração, conforme previsto nos Anexos IV deste Termo de Referência.

5.1.3.2. Etapa de operação: início imediato após a conclusão da etapa de implantação, assegurando a prestação contínua dos serviços de cafeteria.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**






5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco I, Edifício Anexo I, Térreo do Ministério da Educação - MEC;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 8 horas às 18 horas.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Cessionário deverá disponibilizar os equipamentos necessários, em perfeito estado de conservação, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:



ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM DE REFERÊNCIA	QTD
Balcão Vitrine tipo estufa	<b>Descrição:</b> Vitrine neutra, tipo estufa, indicada para a exposição de produtos em ambientes comerciais. Alimentação elétrica com tensão de 220V. Estrutura com base em aço e revestimento pré-pintado na cor preta, com acabamento em aço inox escovado nas áreas de passagem de ar. Iluminação interna em LED com interruptor. As portas devem ser deslizantes, fabricadas em aço. O interior deve conter prateleiras em vidro temperado. <b>Dimensões aproximadas:</b> Altura: 1.258 mm, Profundidade: 785 mm, Largura (frente): 1.500 mm. <b>Referência:</b> REF.: 80991.09.5, MGEN-150 PR, Elegance Bancada, ou equivalente técnico.		1
Balcão Vitrine tipo refrigerada	<b>Descrição:</b> Vitrine refrigerada tipo estufa, com dupla função para conservação e exposição de alimentos e bebidas, destinada exclusivamente ao uso comercial. Alimentação elétrica com tensão de 220V e consumo de 13,6 kWh/dia. Sistema de refrigeração com faixa de temperatura de +5°C a +10°C para alimentos e de 0°C a +7°C para bebidas, com degelo manual e controle eletrônico de temperatura. A estrutura deve possuir base acoplada em aço pré-pintado na cor preta, com passagens de ar em aço inox escovado AISI 304. A iluminação interna deve ser feita por luminária LED com interruptor. Os vidros frontais e laterais devem ser duplos, proporcionando melhor isolamento térmico. O equipamento deve possuir certificação conforme a Portaria Inmetro nº 371/2009. <b>Dimensões aproximadas:</b> Altura: 1.258 mm, Profundidade: 785 mm, Frente: 1.500 mm. <b>Referência:</b> REF.: 80991.09.5, MGEN-150 PR, Elegance Bancada, ou equivalente técnico.		1
Cafeteira comercial	<b>Descrição:</b> Cafeteira comercial de espresso com sistema de troca de calor acabamento em preto fosco, tensão 220v. <b>Dimensões:</b> Largura 530 mm x profundidade 528 mm x altura 543 mm. <b>Referência:</b> Sanremo Zoe Compact 2 Group ou equivalente técnico.		1
Refrigerador expositor vertical	<b>Descrição:</b> Refrigerador expositor vertical, na cor preta, com capacidade líquida mínima de 260 litros, equipado com porta em vidro duplo antiembaçante, prateleiras ajustáveis e faixa de temperatura de operação entre 0°C e 10°C. Alimentação elétrica em 220V, com potência de 390W. Deve possuir iluminação interna em LED, adequada para exposição de produtos em ambientes comerciais. <b>Dimensões aproximadas:</b> Largura: 57,5 cm; Altura: 181 cm; Profundidade: 60 cm. <b>Referência:</b> Código Frigelar: B189836 – EOS Eco Gelo All Black EEV300P2, ou equivalente técnico.		2
Microondas Comercial	<b>Descrição:</b> Forno micro-ondas de uso comercial, voltagem 220v, alta potência de 1000w, com 5 níveis de potência e 3 estágios de cozimento, estrutura: gabinete e cavidade interna em aço inoxidável, capacidade: 34 litros, peso: 18 kg. <b>Dimensões (axlpx):</b> 34 x 55 x 49 cm. <b>Referência:</b> finisher ou equivalente técnico.		1

Balcão refrigerado	<p><b>Descrição:</b> Balcão refrigerado, para conservação e exposição de alimentos e bebidas, estrutura em aço inoxidável AISI 304 ou superior, com acabamento escovado, resistente à oxidação e de fácil higienização; Sistema de refrigeração: por ar forçado ou estático, com temperatura operacional entre 0°C e +7°C, adequada para conservação de alimentos perecíveis; Controle de temperatura: termostato ou controlador eletrônico, com ajuste preciso; Portas: de correr ou abrir, em aço inoxidável, com vedação eficiente; Prateleiras internas: reguláveis, em aço inox ou aramadas, resistentes e de fácil remoção; Pés: niveladores; Isolamento térmico: em poliuretano injetado ou material equivalente; Alimentação elétrica: compatível com tensão de 220V. <b>Dimensões aproximadas:</b> comprimento de 1,50 m, profundidade entre 0,65 m e 0,75 m, altura entre 0,85 m e 0,95 m. <b>Referência:</b> Kbsc-150d ou equivalente</p>		1
Forno Industrial	<p><b>Descrição:</b> Forno industrial convector digital com vapor, fabricado em aço inoxidável AISI 430, com assadeiras em alumínio e capacidade para 5 esteiras. Alimentação elétrica em 220V monofásico, com corrente de 12 A. Indicado para uso profissional em cozinhas comerciais. <b>Dimensões aproximadas:</b> Altura: 51 cm; Largura: 59 cm; Profundidade: 65 cm. <b>Referência:</b> Modelo WCV-53SD da Wictory, ou equivalente técnico.</p>		1

### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Os equipamentos a serem disponibilizados pela Cessionária deverão ser exclusivamente da categoria industrial, não sendo admitidos equipamentos de uso doméstico.

5.5.1.1. Esses equipamentos deverão ser previamente submetidos à aprovação da Administração antes do início da execução do contrato, na fase de implantação.

### Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Cessionário a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Cedente, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

5.7.1. Para fins exclusivos de identificação dos funcionários da cafeteria, será obrigatório o uso de crachá funcional, sendo permitida a utilização de logomarca ou marca comercial apenas nos uniformes.

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Cessionário devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Cessionário, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Preposto

6.6. O Cessionário designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Cessionário não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de vigência contratual, devendo, contudo, garantir canal de comunicação permanente e eficaz com a Administração para atendimento de demandas operacionais, administrativas e eventuais ocorrências relacionadas à execução do contrato.

6.8. O Cedente poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Cessionário designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Verificação periódica do cumprimento das condições de higiene, conservação e limpeza do espaço cedido, bem como das instalações e equipamentos utilizados na operação da cafeteria;

6.16.2. Acompanhamento do fornecimento integral dos itens previstos no cardápio aprovado pelo órgão, incluindo a oferta gratuita de saches individuais de açúcar, adoçante, maionese, ketchup, mostarda, molhos de alho, pimenta e outros condimentos.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Cessionário, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Cedente ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da cessionária, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.20.1. Conferência periódica da vigência das certidões negativas exigidas na cessão de uso, bem como da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da cessionária, solicitando atualização sempre que necessário;

6.20.2. Acompanhamento dos registros no sistema de gestão de contratos, garantindo que as prorrogações, apostilamentos e alterações contratuais sejam devidamente formalizados e refletidos nos controles administrativos; e

6.20.3. Verificação do atendimento às obrigações acessórias previstas no contrato, como apresentação de relatórios periódicos, envio de comprovantes de manutenção de garantias contratuais e atualização cadastral junto ao órgão contratante.

#### **Gestor do Contrato**

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da cessionária, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Cessionário, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a cessão de uso e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa cessionária está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O Cessionário deverá efetuar o pagamento mensal de **R\$ 432,76 (quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos)**, referente à cessão de uso das áreas, até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de competência, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

7.1.1. No caso de atraso do pagamento pelo Cessionário, os valores devidos ao Cedente serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

7.1.2 Será cobrada multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento); e

7.1.3 Juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento. (PORTARIA/SPU Nº 11.190, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2018).

7.1.4 Ressarcir mensalmente ao MEC, em até 10 (dez) dias, a contar da notificação feita pelo fiscal do contrato, o valor correspondente às despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto da área cedida, aferidas a partir das faturas emitidas pelas respectivas concessionárias e medidores instalados. Devendo apresentar cópias das Guias de Recolhimento da União (GRU) ao fiscal do contrato, conforme consta no Item 10.

7.1.5. Manter o mobiliário nas mesmas condições em que lhe foi entregue pela Administração e devolvê-lo, ao término do contrato, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvado o desgaste natural decorrente da utilização regular.

7.1.6. Utilizar equipamentos em bom estado de conservação, sem promover alterações no layout do espaço.

7.1.7. Utilizar café classificado como de qualidade superior, gourmet ou especial, conforme critérios estabelecidos na tabela da Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC e no item 8 do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

7.1.8. A Cessionária deverá manter um padrão de atendimento de qualidade, cuja aferição será realizada por meio da aplicação periódica de formulários de satisfação aos clientes, conforme critérios definidos pela Administração.

### Reajuste

7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do envio da proposta.

7.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Cessionário que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Cessionário que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Cessionário der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

8.2.4.1.1. No caso de atraso de pagamento devido pelo Cessionário, os valores devidos ao Órgão Cedente deverão ser atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, acrescendo-se multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.2.4.7.1. Falta de fornecimento integral ou regular dos itens obrigatórios do cardápio aprovado pelo órgão;

8.2.4.7.2. Descumprimento parcial das obrigações relacionadas ao uso obrigatório de uniformes, crachás para identificação dos funcionários, bem como à disponibilização de utensílios biodegradáveis ou reutilizáveis e manutenção das condições mínimas de higiene e conservação do espaço.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Cedente.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Cedente ao Cessionário, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Cessionário, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Cedente; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Cessionário poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Cessionário, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Cedente deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Cessionário para com a Administração Cedente, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Cessionário possua com o mesmo órgão ora Cedente, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) por cento do valor total estimado da contratação.**

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**Qualificação Técnica**

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da cessão de uso.

## Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Cedente e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## Qualificação Técnico-Profissional

9.33. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.33.1. Profissional da área de nutrição, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutrição, conforme Lei 8.234/1991 e Resolução CFN n.º 702/2021.

9.33.1.1. A comprovação do vínculo empregatício do profissional com a licitante poderá ser efetuada por intermédio do contrato social, se sócio, ou da carteira de trabalho, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

9.33.1.2. A comprovação da responsabilidade técnica do profissional indicado deverá ser feita por intermédio do seu acervo técnico ou por atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita referência aos serviços relativos à elaboração de cardápio e fiscalização de preparo e fornecimento de refeições em características compatíveis com as do objeto da licitação.

9.33.1.3. Declaração indicando nome, CPF e número do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto da licitação.

9.33.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.34. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante no Anexo III.

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

## Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 699,52 (seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme custos unitários abaixo:

CARDÁPIO CAFETERIA		
Nº Item	Descrição dos itens principais	Valor Unitário
1	Café Espresso	R\$ 8,50
2	Café Espresso Descafeinado	R\$ 12,00
3	Café - Prensa Francesa	R\$ 17,00
4	Café - Hario V60 (coado)	R\$ 11,00
5	Café Gelado	R\$ 14,00
6	Latte - café espresso com leite quente (leite zero lactose ou vegetal)	R\$ 17,00
7	Café Macchiato (contém leite, leite zero lactose ou vegetal)	R\$ 12,00
8	Cappuccino - café espresso + leite vaporizado (leite zero lactose ou vegetal)	R\$ 16,00
9	Chocolate quente - contém leite, leite zero lactose ou vegetal	R\$ 15,00
10	Chá quente	R\$ 15,00
11	Chá gelado	R\$ 15,00
12	Suco Natural	R\$ 12,50
13	Suco da Polpa	R\$ 8,90
14	Soda Italiana	R\$ 17,00
15	Refrigerante Lata (350 ml)	R\$ 6,75
16	Água mineral com gás	R\$ 7,75
17	Água mineral sem gás (500 ml)	R\$ 5,00
18	Água tônica	R\$ 7,00
19	Pão de queijo	R\$ 9,00
20	Pão de queijo recheado (requeijão cremoso, catupiry, cream cheese, queijo branco, coalho, muçarela, presunto, peito de peru, calabresa, linguiça, peito de frango desfiado, carne seca, cebola caramelizada, tomate seco, palmito, doce de leite, goiabada cremosa, chocolate ao leite; amargo e branco, nutella, leite condensado, coco, banana com canela, etc)	R\$ 18,00
21	Croissant Simples	R\$ 12,00
22	Croissant Recheado Salgado (requeijão cremoso, catupiry, cream cheese, queijo branco, coalho, muçarela, presunto, peito de peru, calabresa, linguiça, peito de frango desfiado, carne seca, cebola caramelizada, tomate seco, palmito, etc)	R\$ 25,00
23	Croissant Recheado Doce (queijo, doce de leite, goiabada cremosa, chocolate ao leite; amargo e branco, nutella, leite condensado, coco, banana com canela, morango, etc)	R\$ 22,00
24	Quiche (queijo brie; muçarela; parmesão; gorgonzola, catupiry, ricota, bacon, frango, carne seca, atum, palmito, espinafre, tomate, cogumelos, brócolis, etc)	R\$ 17,50
25	Empada (frango com catupiry, palmito cremoso, camarão com requeijão, carne seca, bacalhau, etc)	R\$ 13,00
26	Salgados folhados (requeijão cremoso, catupiry, cream cheese, queijo branco, coalho, muçarela, presunto, peito de peru, calabresa, linguiça, peito de frango desfiado, carne seca, cebola caramelizada, tomate seco, palmito, etc)	R\$ 14,50
27	Folhados doces (queijo, doce de leite, goiabada cremosa, chocolate ao leite; amargo e branco, nutella, leite condensado, coco, banana com canela, morango, maçã caramelizada, etc)	R\$ 14,50
28	Salgados assados (requeijão cremoso, catupiry, cream cheese, queijo branco, coalho, muçarela, presunto, peito de peru, calabresa, linguiça, peito de frango desfiado, carne seca, cebola caramelizada, tomate seco, palmito, etc)	R\$ 7,67
29	Sanduíche com pão ciabatta ou focaccia (queijo brie; muçarela; muçarela de bufala; parmesão; gorgonzola, catupiry, ricota, presunto cru, pastrami, peito de peru, salame, lombo defumado, frango, carne desfiada, berinjela, rúcula, tomate seco, manjerição, azeitonas, cebola caramelizada, pesto, etc)	R\$ 36,00

30	Sanduíche natural feito com pão integral (patê de tomate e de azeitona, homus, ricota, frango desfiado, peito de peru, salpicão, ovo, atum, abacate, rúcula, alface, tomate, cenoura, etc)	R\$ 32,00
31	Tortas Salgadas (frango com requeijão ou catupiry, carne seca, atum, camarão, espinafre com ricota, palmito, etc)	R\$ 21,00
32	Tortas Doces (chocolate ao leite; amargo e branco, nutella, ninho, limão, maracujá, morango, frutas vermelhas, nozes, pistache, coco, etc.)	R\$ 25,00
33	Cheesecake (frutas vermelhas, frutas amarelas, oreo, nutella, doce de leite, etc.)	R\$ 24,00
34	Banoffe	R\$ 22,00
35	Bolos - com e sem cobertura (cenoura, chocolate, banana, coco, mandioca, laranja, milho, limão, etc)	R\$ 12,50
36	Pudim de leite	R\$ 17,00
37	Salada de frutas	R\$ 15,00
38	Iogurte (granola, banana, mel, etc) (170g)	R\$ 21,00
39	Bowl de salada (alface, rúcula, chicória, repolho, tomate, pepino, cenoura, palmito, azeitona, etc)	R\$ 21,00
40	Bomba (chocolate, creme, pistache, frutas vermelhas, etc.)	R\$ 18,45
41	Smoothies (suco de polpa com iogurte batido)	R\$ 20,00
Nº Item	Descrição dos itens adicionais	Valor Unitário
42	Chantilly	R\$ 4,50
43	Shot de Limão	R\$ 2,00
44	Calda (chocolate, caramelo, doce de leite)	R\$ 4,00
45	Geléia	R\$ 6,50
46	Bola de Sorvete	R\$ 15,00
47	Manteiga	R\$ 3,00
48	Queijo	R\$ 4,00
49	Granola	R\$ 4,00
50	Requeijão	R\$ 5,00
VALOR TOTAL		R\$ 699,52

10.2 Os valores apresentados nas propostas não poderão exceder o valor unitário estimado para cada item, nem o valor total estimado para a contratação, conforme valores apresentados na tabela acima.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Cedente e Cessionário, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

Estimativa de Valores para Ressarcimento e Taxa de Ocupação:

10.4. Para fins de cálculo do ressarcimento das despesas e da taxa mensal de ocupação, foi considerada a área destinada à operação da cafeteria, correspondente a 84 m².

10.5. O valor estimado mensal a ser ressarcido pela Cessionária é de **aproximadamente R\$ 2.799,64 (dois mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme detalhamento apresentado no item 10 do Estudo Técnico Preliminar e tabela abaixo.

Itens	Descrição	Valor estimado a ser percebido mensalmente pelo MEC
1	Taxa de uso	R\$ 432,76
2	Água e esgoto	R\$ 334,14
3	Energia elétrica	R\$ 1.274,46
4	Vigilância	R\$ 649,52
5	Coleta de resíduos	R\$ 108,76
6	Telefonia	R\$ -
Total		R\$ 2.799,64

10.5.1. A Cessionária poderá optar pela utilização do serviço de coleta de resíduos sólidos disponibilizado pelo MEC. Na hipótese de não adesão a esse serviço, o valor correspondente não será incluído no cálculo do ressarcimento mensal devido à Administração.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não se aplica.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

### DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Brasília, 13 de novembro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

### Anexos do Termo de Referência:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II - Caderno de Especificações Técnicas;

Anexo II - A - Planta da Cafeteria.

Anexo III - Modelos de Declarações;

Anexo IV - Declaração de Vistoria;

Anexo V - Laudo de Vistoria.

**13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)**

Não se aplica.

**14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Não se aplica.

**15. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALISSANDRA PESSOA ALMEIDA**

Membro da comissão de contratação

**ESROM GONCALVES RODRIGUES**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 17:37:44.*

**ANTONIO RICARDO DE JESUS PAIXAO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 18/11/2025 às 17:22:46.*



**ARTHUR LIMA DE MORAIS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 17/11/2025 às 15:27:57.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo II do TR - CET.pdf (394.12 KB)
- Anexo II - Anexo II - A do TR - Planta (area).pdf (2.47 MB)
- Anexo III - Anexo III do TR - Declaracoes.pdf (131.57 KB)
- Anexo IV - Anexo IV do TR - Declaracao de Vistoria e Dispensa.pdf (95.83 KB)
- Anexo V - Anexo V do TR - Laudo de Vistoria (empresa campea).pdf (115.58 KB)